

As novas tecnologias aplicadas à educação no mundo contemporâneo

The new technologies applied to education in the contemporary world

DOI: 10.46932/sfjdv2n5-036

Received in: Oct 1st, 2021

Accepted in: Dec 30th, 2021

Celina Trajano de Oliveira

Professora Mestre dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração da Universidade Paulista (UNIP) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Santos, São Paulo, Brasil

E-mail: celina58@terra.com.br

Antônio Abrão Marques

Professor Especialista dos Cursos Técnicos em Mecânica, Metalurgia, no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Santos, São Paulo, Brasil

E-mail: antonioabraomarques@gmail.com

RESUMO

A pesquisa mostra que educação profissional e tecnológica é um tema que, desde meados dos anos noventa, vem ganhando espaço no Brasil, por meio de reformas educacionais e estabelecimento de diversas políticas públicas e programas governamentais. As instituições de ensino estão constantemente à busca de ações que possam viabilizar a inserção das novas tecnologias na educação, objetivando melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Há muitas discussões sobre os caminhos metodológicos, mediação e acompanhamento que devem ser realizados, não só pelos professores, mas também pelos tutores nas atividades diárias desenvolvidas pelos discentes. É importante evidenciar os há diversos desafios impostos ao ensino alguns relacionados ao impacto que novas tecnologias vem trazendo à educação. Para alguns estudiosos, o modelo tradicional era estático. A mudança obrigou os educadores a obterem novos conhecimentos não só específicos, mas também tecnológicos. Objetivou-se neste artigo levantar bibliografia capaz de identificar as principais mudanças trazidas pela tecnologia em sala de aula. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados do estudo podem servir para a tomada de decisões e de ações que ajudem no processo ensino-aprendizagem. A conclusão faz uma reflexão sobre a estrutura conservadora e tradicional e a entrada de novas tecnologias no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação, Evolução, Aprendizagem, Tecnologia, Mediação.

ABSTRACT

Las investigaciones muestran que la educación profesional y tecnológica es un tema que, desde los años noventa hasta hoy, ha ganado terreno en Brasil, por medio de las reformas educativas y el establecimiento de una serie de políticas públicas y programas del gobierno. Las instituciones educativas buscan constantemente acciones para hacer posible la integración de las nuevas tecnologías en la educación, con el objetivo de mejorar la enseñanza y el proceso de aprendizaje de los estudiantes. Hay muchas discusiones sobre los enfoques metodológicos, la mediación y el seguimiento que se lleva a cabo no sólo por los profesores, sino también por los tutores en las actividades diarias desarrolladas por los estudiantes. Es importante destacar que hay varios desafíos a la enseñanza relacionados con el impacto que las nuevas tecnologías ha traído a la educación. Para algunos estudiosos, el modelo tradicional era estático. El cambio ha obligado a los educadores a obtener nuevos conocimientos específicos y tecnológicos. El objetivo de este artículo es identificar los principales cambios introducidos por la tecnología en el aula. Se trata de

una investigación bibliográfica y documental. Los resultados del estudio pueden ser utilizados para tomar decisiones y crear acciones para apoyar el proceso de enseñanza-aprendizaje. La conclusión analiza la estructura conservadora y tradicional y la entrada de las nuevas tecnologías en el ambiente escolar.

Palabras clave: educación, Evolución, Aprendizaje, Tecnología, Mediación.

1 INTRODUÇÃO

O ensino da docência superior tem exigido competências básicas que precisam ser discutidas em virtude das mudanças que estão ocorrendo no mundo atualmente.

O trabalho do docente busca o processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, o aperfeiçoamento de sua capacidade de pensar, desenvolver e construir seu próprio conhecimento.

Segundo Masetto (2003, pág.20), o que se procura nos cursos superiores é o desenvolvimento das competências e habilidades que se esperam de um profissional capaz e um cidadão “responsável pelo desenvolvimento de sua comunidade”.

A atividade básica do docente tem sido a de orientar os alunos na aprendizagem das atividades científicas de investigação e elaboração de trabalhos, além de divulgar os estudos elaborados.

De acordo com Masetto (2003) na década de 1930 a Universidade de São Paulo (USP) priorizava, como metodologia de estudo, uma classe com um pequeno número de alunos produzindo trabalhos, investigando e discutindo resultados, num estudo cooperativo entre professores e alunos. A USP não alterou seu modelo educacional, o incentivo à pesquisa, com um pequeno grupo de alunos, continua até hoje.

Ainda, de acordo com Masetto (2003) o incentivo à participação resulta em motivação e interesse pela disciplina, facilitando a comunicação entre professor e aluno.

As mudanças significativas que estão ocorrendo mostram que o professor deixou de ser um especialista que ensina, para um profissional de aprendizagem, incentivando e motivando o aprendiz.

O domínio cognitivo é insuficiente “Exige-se de quem pretende lecionar que seus conhecimentos e suas práticas profissionais sejam atualizados constantemente por intermédio de participações em cursos de aperfeiçoamento” (MASETTO.2003, pág. 26)

2 O DOMÍNIO NA ÁREA PEDAGÓGICA

Masetto (2003), trata das competências pedagógicas do professor, segundo ele, a sala de aula é o espaço durante o qual os sujeitos de um processo de aprendizagem (professores e alunos) se encontram, para juntos realizarem uma série de interações na busca de seu desenvolvimento pessoal, profissional e como cidadão.

Para Masetto (2003), o professor é um educador e como tal tem clareza dos objetivos educacionais que se pretendem com seus alunos. No campo da técnica espera-se que tenha conhecimento de várias estratégias, bem como o domínio do uso desta para poder utilizá-las em aula. Que se torne capaz de criar novas técnicas que respondam às necessidades dos alunos.

No ambiente presencial, a técnica de apresentação simples é indicada para pequenos grupos, onde o professor pode se apresentar e, ao mesmo tempo, fazer perguntas aos participantes.

Outra técnica importante para iniciar a aula é a reunião dos alunos em grupos, onde um apresenta o outro. A interação e o entrosamento ajudam a descontrair e fornece ao professor informações importantes sobre o perfil dos alunos em sala de aula.

A aula expositiva também é uma técnica utilizada pela maioria absoluta dos professores do ensino superior. Essa técnica é utilizada para transmitir informações que os alunos ouvem, anotam, às vezes perguntam e absorvem para, futuramente, reproduzirem.

Segundo Masetto (2003, pág.97) “a aula expositiva pode responder a três objetivos: abrir um tema de estudo; fazer uma síntese após o estudo do assunto procurando reunir os pontos mais significativos; estabelecer comunicações que tragam atualidade ao tema ou explicações necessárias.”

Outra técnica utilizada pelo docente é o debate com a classe que permite ao aluno expressar-se em público, apresentando suas ideias, suas reflexões experiências e vivências. Para utilizá-la o professor precisa dominar bem o assunto sobre o qual se dará o debate e o tema, indicado pelo professor, deverá ser preparado pelos participantes.

O ensino com pesquisa é uma estratégia fundamental para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, aceita e defendida por todas as instituições de ensino superior. Permite o desenvolvimento de várias aprendizagens, como tomar iniciativa na busca de informações dados e materiais necessários ao estudo, contatar diferentes fontes de informações (livros, revistas, periódicos, músicas, fotos etc); selecionar, organizar, comparar, analisar, correlacionar dados e informações.

As dinâmicas de grupo trazem vantagens diferentes das aprendizagens individuais e colaboram para outras aprendizagens que os alunos não obtêm individualmente.

A leitura fornece ao aluno o preparo necessário para as aulas. Lendo textos ou livros ele adquire a informações que o ajudarão a compreender as aulas ministradas pelos professores.

A interação teoria-prática é fundamental para a aprendizagem. Ela precisa acontecer na realidade.

3 COMPETITIVIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Planejamento estratégico é um instrumento de gestão que tem por função auxiliar o administrador e, na universidade, o administrador educacional em seu processo de decisão.

Segundo Colombo (2004), “muitas vezes, aos questionarmos os profissionais de educação sobre qual é o negócio de sua instituição de ensino, nos deparamos com respostas voltadas ao produto da empresa”

De acordo com Colombo (2004, pág.18):

Há três tipos de planejamento: o estratégico, o tático e o operacional. Planejamento estratégico – voltado para decisões estratégicas, com objetivos de longo prazo e que impactam na instituição como um todo. Planejamento tático – relacionado à otimização de uma determinada área ou macroprocesso, derivando dos objetivos e das estratégias concebidas no planejamento estratégico. Contempla os recursos, os prazos e os respectivos responsáveis. Planejamento operacional – aborda, em detalhes, os procedimentos que serão utilizados.

Para Colombo (2004), estratégia e competitividade são construídas, respectivamente para obter um desempenho superior à média e o alcance de alto desempenho à organização.

Tanto Colombo (2004), quanto Mansetto (2003) entendem que a tecnologia é o aspecto que mais vem influenciando a gestão educacional, seja no âmbito acadêmico seja no administrativo.

As instituições de ensino estão mudando seus paradigmas e tornando-se empresas em um cenário de negócios. Para permanecerem vivas estão se adaptando as mesmas regras utilizadas pelas empresas, com respostas rápidas e eficazes.

Assim como as empresas, os alunos são vistos como clientes e suas expectativas precisam ser atendidas. Outras partes interessadas são os proprietários, as mantenedoras, acionistas, fornecedores, comunidade acadêmica, que, segundo Colombo (2004), buscam melhores posições competitivas.

Uma das tarefas do gestor educacional é fazer com que sejam cumpridas as promessas da escola e seus usuários. Para tanto, segundo Colombo (2004, pág.71), é necessário:

[...] detectar e avaliar constantemente novas oportunidades; mapear as percepções, preferências e exigências dos alunos; manter-se constantemente em contato com seu público-alvo, para se assegurar de que ele está satisfeito.

Ainda de acordo com Colombo (2004), o atual cenário econômico tem exigido das instituições uma postura voltada para vendas, fazendo com que os profissionais de todas as áreas contribuam para aumentar o número de alunos. O ensino a distância veio colaborar com este novo paradigma da educação.

4 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E OS DESAFIOS

As rápidas transformações sociais próprias do mundo globalizado, reavivam discussões em torno de vários temas, como o da responsabilidade social e ética. Este último é uma das inquietações do homem desde a Grécia Antiga, de Aristóteles, que já naquele período histórico vinculava a ética a educação e a concebia como uma fonte essencial para a harmonia da vida em sociedade. Na contemporaneidade, o

processo da globalização que trouxe sensíveis progressos em segmentos sociais, também trouxe problemas e grandes desafios. É essa conclusão percebida no teto de Macebo:

Em termos gerais, é possível afirmar que a globalização apresenta-se como uma configuração histórica profundamente contraditória, de modo que os mesmos vetores e relações promotores da integração em escala mundial e em diversos campos, podem suscitar o antagonismo, já que eles sempre se deparam com diversidades, alteridades, desigualdades, resistências e, em decorrência, tensões e contradições (Macebo, 2013).

Essa dualidade também é destacada por Novion (2012). Segundo o autor, no final do século passado e início deste século, intensificou-se as interações no mundo pelo “surgimento de uma nova etapa histórica, o fenômeno da globalização” Novion (2012. p. 350). Esse fato, enfatiza o autor, se por um lado trouxe novos recursos e riquezas, por outro, acirrou questões negativas, como, a ganância, novos conflitos e o surgimento de novos grupos sociais.

Em termos gerais, é possível afirmar que a globalização apresenta-se como uma configuração histórica profundamente contraditória, de modo que os mesmos vetores e relações promotores da integração em escala mundial e em diversos campos, podem suscitar o antagonismo, já que eles sempre se deparam com diversidades, alteridades, desigualdades, resistências e, em decorrência, tensões e contradições. Essa perspectiva revela que os problemas ou desafios do cenário hodierno, dizem respeito aos direitos sociais.

Os direitos sociais são os chamados direitos de segunda geração em face do que representam para os cidadãos. Dizem respeito às questões que visam, segundo Castilho (2013. p.,28), “assegurar a igualdade real entre os seres humanos”, ou seja, são questões diretamente vinculadas à atuação governamental, como meio de viabilizar “condições para que todos tenham as mesmas oportunidade e vivam em condições iguais”. São as ações governamentais que concretizam os direitos dos cidadãos, como o direito a educação.

No Brasil, a educação está no âmbito do Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, e, conforme o disposto no Capítulo II, é um Direito Social.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CF com Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

Mais ainda, Constituição Federal brasileira de 1988 (CF/88), tratando dos Direitos Sociais, dispõe sobre a competência para tratar da educação. De acordo com o artigo nº 23 da CF/88, esses direitos dos cidadãos devem ser garantidos por iniciativas comuns aos entes federados, de acordo com o art. 23 da Constituição Federal Brasileira, a saber:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

A educação universitária não ficou isenta dos problemas contemporâneos. MELLO (2011.pág.25), tratando da educação superior frente aos desafios colocados pela globalização, destaca o momento de dificuldade que passa as universidades:

A universidade está em crise. As profundas e rápidas transformações nos campos da economia, da cultura e da política, ditadas pela globalização de todas as dimensões e esfera da vida social, passam a impor inéditas agendas e a exigir novas alternativas à solução de problemas e necessidades transversalmente emergentes.

Em relação ao ensino superior, essa obrigação estatal é implementada a partir das Instituições de Ensino Superior (IES). Essas entidades, independentemente da forma de constituição, sujeitam-se a normas governamentais, como dispõe a CF/88, a saber:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

Renato Ortiz (2000), concluiu que a globalização, dentre outros efeitos, proporciona a quebra de fronteiras, altera os meios de comunicação e o mundo do trabalho. Provoca a diluição dos limites entre as culturas humanas, dada à absorção de valores de uma cultura em outra, nos próprios hábitos cotidianos.

A partir das reflexões e os dispositivos constitucionais vistos até esse ponto, observa-se que o ensino é um direito e um serviço fundamental, clarificado como um dever do Estado, e que, este ao ser disponibilizado para uma IES deve passar a ser acompanhado, considerando a quantidade, qualidade e responsabilidade social, temas transversais às questões negativas do mundo globalizado.

Planejamento estratégico é um instrumento de gestão que tem por função auxiliar o administrador e, na universidade, o administrador educacional em seu processo de decisão.

Segundo Colombo (2004), muitas vezes, aos questionarmos os profissionais de educação sobre qual é o negócio de sua instituição de ensino, nos deparamos com respostas voltadas ao produto da empresa de sua capacidade de pensar, desenvolver e construir seu próprio conhecimento.

Em 28 de janeiro de 2005 foi criado, pelo Governo Federal, um documento de recomendações “Ações Estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional”, com o objetivo de criar um grupo de trabalho de educação a distância para educação superior.

Em 7 de abril de 2006, o Ministério da Educação autorizou, em caráter experimental, cursos superiores a distância.

Art. 1º . Autorizar, em caráter experimental, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a oferta de cursos superiores a distância nas Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito dos programas de indução da oferta pública de cursos superiores a distância fomentados pelo MEC.

(Portaria n.º 873 de 7 de abril de 2006)

O governo assumiu a responsabilidade de estimular a adoção de modelos e tecnologias educacionais, com objetivo de contribuir para atender às demandas crescentes de acesso à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação deu um tratamento diferenciado aos diferentes sistemas de ensino, mas as diferenciações entre educação presencial e a educação a distância são mais de cunho tecnológico e de meios do que propriamente de fundamentos objetivos.

O ensino a distância chegou às universidades com o objetivo de se constituir uma nova área do conhecimento e práticas pedagógicas. O ensino a distância precisou de diretrizes que garantissem a qualidade dos cursos a serem oferecidos.

As possibilidades do ensino a distância são inúmeras, segundo o Ministério da educação, do ponto de vista político-pedagógico, a utilização das tecnologias da informação abre novas possibilidades para a educação e coloca novos desafios para o docente e o aluno tais como:

Habilidades no uso da tecnologia multimídia; Atitude crítica perante à produção social da comunicação; Aprimoramento do processo comunicacional docentes–discentes e discentes; Democratização de saberes; - Desenvolvimento de capacidades intelectuais e afetivas. Comprometimento com os problemas sociais e políticos de toda a sociedade.(ANDRADE, 2005, pág.3).

A explosiva expansão da aprendizagem a distância nos últimos anos leva a crer que muitos dos profissionais que hoje trabalham com Ensino a Distância (EaD) não tiveram uma formação adequada na área.

Segundo LITTO (2009,pág.14):

Estamos longe de ver a EaD como um campo de estudos que pode ser considerado “científico”, no sentido clássico do termo. Observamos que inexistem práticas científicas rigorosas, como o estabelecimento de definições precisas de fenômenos nessa área, cujos periódicos “científicos” revelem o uso de termos que se sobrepõem.

De acordo com Litto (2009), a questão da nomenclatura é um obstáculo para a transferência de créditos acadêmicos do aluno de uma instituição para outra, além de não permitir o intercâmbio de ideias e experiências entre os profissionais da área com a mesma precisão de outros domínios de conhecimento.

Ainda segundo Litto (2009) a educação a distância acelerou o crescimento da educação em geral e tornou indistintos os limites entre disciplinas, instituições e locais geográficos.

A educação a distância estendeu o acesso ao ensino superior a segmentos cada vez maiores da população. A universidade tem por objetivo aproveitar todas as tecnologias populares para atender ao público crescente para a EaD.

5 A EDUCAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Há muita discussão no mundo acadêmico sobre metodologias consideradas arcaicas no ensino-aprendizagem. As escolas recebem computadores de última geração nos seus laboratórios de informática, mas muitos não conseguem saber como trabalhar adequadamente com esses equipamentos. Os alunos chegam à sala de aula com celulares modernos e os professores oferecem o quadro negro como única alternativa de ensino.

O surgimento do computador como ferramenta educativa está abrindo espaço para celulares com diversas opções de procura de material a aprendizagem. Por meio do celular o aluno pode buscar um artigo científico, um gráfico, as últimas notícias dos jornais, um livro, ou qualquer pesquisa que o professor queira solicitar.

Essa nova ferramenta precisa ser compartilhada pelos educadores. Há uma distância entre o que se ensina para um professor e o que os alunos aprendem na vida pessoal. Além disso, o interesse dos jovens está relacionado a diversas situações interligadas e não apenas aos conceitos de determinada disciplina.

O preconceito em relação ao uso do celular em sala de aula, mostra o despreparo do professor em relação às novas tecnologias trazidas pelos alunos. O “ mau uso da tecnologia” é o argumento utilizado por educadores, que não conseguiram o aprimoramento necessário para utilizar esse meio tecnológico como “parceiro” em sala de aula.

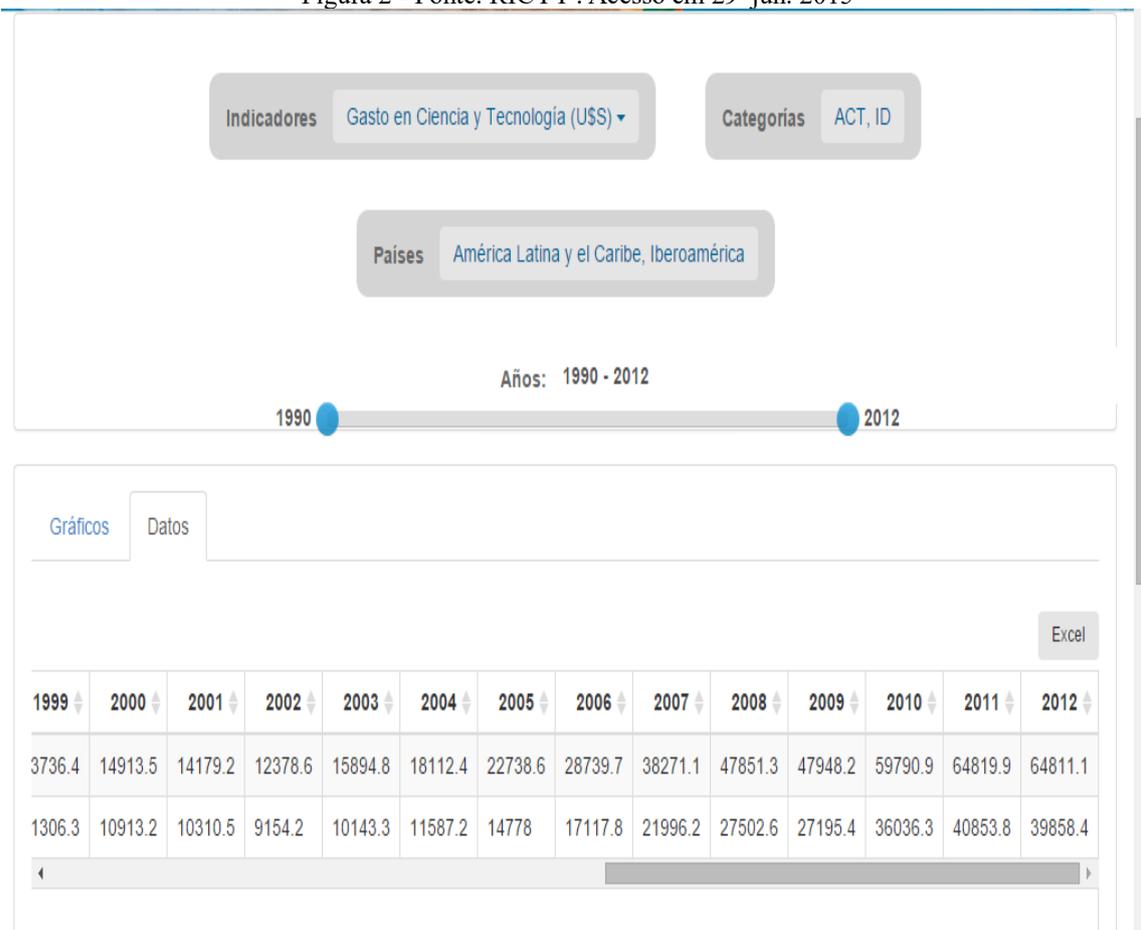
Na América Latina, o Brasil é um dos países que mais investe em tecnologia. No entanto, esse investimento não aparece como integrador na área educacional.

Abaixo, os indicadores dos gastos em ciência e tecnologia no Brasil, nos anos de 1990 a 2012.

Figura 1 - Fonte: RICYT. Acesso em 29 jun. 2015



Figura 2 - Fonte: RICYT . Acesso em 29 jun. 2015



Os enfoques sobre aprendizagem apresentados por perspectivas no âmbito da psicologia visando os indivíduos como o behaviorista, cognitivista, construtivista, ou aprendizagem social, mostram que a

aprendizagem pode ser por meio de estímulos, transformações estruturais, interação com o ambiente, interações sociais.

Quanto às interações sociais, não basta apenas o incremento de vagas e o estímulo à entrada de novos alunos e o investimento em tecnologia para que mudanças sejam implementadas no ensino. É preciso que o ensino proporcione condições de formar pessoas capazes de aplicar o conhecimento adquiridos em prol do desenvolvimento da sociedade. Nesse aspecto, é crucial a responsabilidade do governo, da sociedade, da instituição de ensino e do corpo docente no preparo do cidadão para a vida profissional nessa época da história humana com problemas e desafios a superar.

A teoria social da aprendizagem mostra que somos seres sociais e o conhecimento é uma questão de competência em relação às iniciativas devidamente valorizadas. O indivíduo tem necessidades e competências particulares. Precisa relacionar-se com outros indivíduos para que o conhecimento seja desenvolvido.

A aprendizagem não pode ser feita individualmente, precisa ser contextualizada e ampliada como perspectiva social. O ato de aprender é uma participação social. Os indivíduos não ficam em uma sala de aula agregados. Eles se juntam socialmente e a relação que se estabelece com o outro, tem alguns significados: identidade, significado e prática.

Só a aprendizagem fortalece a identidade por meio de uma prática inserida em comunidades.

Nos dias de hoje, a responsabilidade social é tema permanente na agenda das entidades públicas e particulares, não sendo raro encontrar em páginas eletrônicas de organizações, declarações e informes sobre programas vinculados às questões sociais, tais como a eliminação do trabalho infantil; acessibilidade, redução de seus resíduos sólidos. Essa gama de ações que envolvem assuntos sociais, por vezes, são difíceis de conectar à efetividade da ação nas atividades cotidianas de uma entidade, notadamente da área educacional superior, de modo que isso possa ser incorporado às atividades práticas de seus agentes. Isso pode ocorrer pela ampliação dos temas que envolvem a questão da responsabilidade social.

Como pode ser observado das reflexões de Bordes (2013) que tratam do conceito de responsabilidade social, a origem do fenômeno “decorre de questões éticas que envolvem a relação entre empresas e sociedade e a filantropia empresarial”. Especificamente sobre o conceito de responsabilidade social, Bordes (2013), informa que o termo aparece na literatura corporativa na década de 1950, como uma reação do empresariado às percepções negativas dos pesquisadores com a demasiada autonomia dos negócios e do poder empresarial sobre a sociedade. Comenta ainda que, “para compensar os impactos negativos da atuação das empresas, empresários se envolveram em atividades sociais para beneficiar a

comunidade, fora do âmbito dos negócios das empresas, como uma obrigação moral”. Seguindo essa linha de pensamento, observa-se a correlação da responsabilidade social e a ética.

Segundo pondera Garriga; Melé (2004), sobre o fenômeno responsabilidade social

há quem defenda como uma mera teoria de gestão empresarial para tratar de alcançar resultados satisfatórios em um plano econômico a médio prazo e longo prazo; para outros, trata-se de uma doutrina filosófica que se forma diretamente com a necessidade de encontrar um caminho sustentável para a sociedade, enfim, há quem defenda que se trata de uma forma de atuação política de redistribuição de riqueza e poder”. (Garriga; Melé, 2004, p. 51).

Como se observou das reflexões acima, a responsabilidade social vincula-se a uma ação de gestão para alcançar o objetivo da organização, no caso foco desse artigo, vincula-se às ações de administração de uma Instituição de Ensino Superior. É possível, ainda, depreender dessas reflexões que, a responsabilidade social é uma forma de atuação que concilia interesses empresariais e interesses da sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, e em relação às instituições de ensino superior, o cenário positivo é de interação entre a entidade e o todo social que a envolve. Esse cenário será construído a partir das atividades de seus gestores educacionais, e corpo docente. Todos devem estar aptos à perceber o que vai além do ensino acadêmico, ou seja, às necessidades sociais. Colombo (2004, pág.71), salienta que é necessário:

[...] detectar e avaliar constantemente novas oportunidades; mapear as percepções, preferências e exigências dos alunos; manter-se constantemente em contato com seu público-alvo, para se assegurar de que ele está satisfeito.

Assim, é preciso identificar quais seriam os princípios básicos de responsabilidade social que regem o interesse das IES, ou seja, é necessário saber o que orienta ou deveriam orientar as políticas e estratégias da entidade de ensino superior para a responsabilidade social.

As diretrizes para as Instituições de Ensino Superior (IES) estão no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e a Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, que regulamentam os procedimentos de avaliação do SINAES,

Com efeito, o contexto de avaliação nacional da Educação Superior é liderado pelo Ministério da Educação - MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, este último é a autarquia federal que, auxilia o auxílio o MEC

O INEP faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e participa da implantação de políticas públicas em educação, produção de informações para educadores e outros públicos, analisa os dados e informações coletados nas Instituições de Ensino Superior, BRASIL (2004c).

. O processo de avaliação, de forma geral, verifica aspectos institucionais da entidade a fim de traçar um perfil da IES quanto à qualidade de seus cursos. Na avaliação das IES a partir do SINAES, está

previsto a modalidade de auto-avaliação -coordenada por comissão específica de cada IES-, e de avaliação externa - realizada por comissões indicadas pelo INEP.

Para o alcance deste objetivo, ou seja, executar a avaliação, no âmbito do INEP são definidos os membros da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) que irão coordenar e estabelecer as diretrizes de avaliação da IES, conforme prevê a Portaria do MEC n.º 2.051, de 09 de julho de 2004:

Parágrafo único. A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP, o qual instituirá Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas para as diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL, 2004).

A responsabilidade social, no ensino superior é tratada a partir da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Especificamente, na avaliação quanto à responsabilidade social das IES, o artigo 3º da , Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o SINAES, dispõe

Art. 3º - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Diante das disposições legais acima mencionadas, observa-se que uma instituições responsáveis socialmente, devem integrar-se à comunidade, procurando contribuir de forma ética, com a sua melhoria. Não há que se falar em um agir voltado para as questões especificadas no artigo 3º da Lei nº 10.861/2004, sem ser de uma forma ética.

Com efeito, no tocante à responsabilidade social, a norma permite perceber a transversalidade do tema, que prevê ações positivas para a inclusão social, desenvolvimento econômico e social, meio ambiente, memória e patrimônio cultural e , da produção artística.

6 DA QUALIDADE E DA QUANTIDADE DO ENSINO SUPERIOR

A quantidade e a qualidade da educação é um anseio social dentro do quadro dos direitos humanos para a melhoria da cidadania. Nesse contexto, Castilho (2013.p. 22 e 24) registra que “a segunda dimensão dos direitos humanos diz respeito à igualdade de todos os cidadãos e compreende, efetivamente, os direitos sociais, econômicos e culturais”. Para o autor, dentre os direitos sociais está o direito à educação.

No âmbito da qualidade do ensino superior, avaliação dos cursos remontam a 1983, com a instituição, pelo Ministério da Educação – MEC, do Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU. O referido programa destacava a gestão das Instituições de Ensino Superior, a produção e a disseminação dos conhecimentos.

A partir do ano seguinte, o programa foi substituído por várias iniciativas governamentais, também voltadas para avaliação do ensino superior que culminaram no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A própria ação estatal, a partir da normatização que envolve a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), mostra a preocupação com o assunto, a exemplo da edição da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES fundamenta-se em um processo que objetiva promover a melhoria da qualidade e orientar expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e, especialmente, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Tem como objetivo assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Em termos quantitativos, observa-se que no Brasil, desde os últimos anos do século passado, a quantidade de vagas no ensino superior tem demonstrado uma expansão. De acordo com notícia divulgada no endereço eletrônico do Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número total de alunos em cursos de graduação em 1997, saltou de 1 milhão e 945 mil, para 2 milhões e 125 mil, em 1998. Em sequência, o número total de alunos no ensino superior subiu para 2,7 milhões. Sobre o assunto, na mesma notícia, o Ministro de Educação da época, Paulo Renato de Souza, faz as seguintes considerações:

Para se ter uma ideia da velocidade dessa expansão, basta observar que o percentual de 9% é praticamente igual ao atingido pelo sistema em toda a década de 80, quando o ensino superior viveu um longo período de estagnação □...□ o crescimento foi de 12,4% nas federais, 18,5% nas estaduais, e 27,6% nas municipais. (INEP s/pág.)

A tendência de aumento dos números do ensino superior no Brasil continuou na primeira década deste novo século. Como é possível observar dos dados do Censo de Educação Superior – 2009, no Resumo Técnico divulgado pelo INEP¹, o número de matrículas na educação superior brasileira cresceu de 3,5 milhões para 5,9 milhões em sete anos. Assim, a primeira década do século XXI encerrou com 5.954.021 estudantes matriculados nas Instituições de Ensino Superior .

Na matéria publicada em 17 de setembro de 2013, pela Agência Brasil da Empresa Brasileira de Comunicação, sobre o ensino superior no Brasil, observa-se que em 2012, o número de matrículas chegou a 7.037.688, representando um crescimento de 4,4% em relação a 2011, conforme dados do Censo da Educação Superior de 2012, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC).

No que tange ainda à quantidade, um fator positivo e de estímulo às novas entradas no ensino superior é a existências de programas governamentais. Nesse sentido, o governo brasileiro mantém programas de expansão do ensino superior público e privado, a partir do oferecimento de bolsa de estudos de programas como no Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que garantem o acesso ao ensino superior por jovens de grupos sociais vulnerabilizados

A transformação do ensino presencial para a aprendizagem por meio virtual ou a aprendizagem combinada, virtual e presencial, têm mostrado que um grande contingente e pessoas que não pensavam mais em entrar em uma sala de aula, retornaram. Essas combinações fizeram com que as universidades particulares e governamentais encontrassem novos modelos de ensino. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) criou diversos polos em todo o Brasil disponibilizando gratuitamente cursos de pós-graduação preferencialmente para professores da rede estadual e municipal e, na falta destes, para o público em geral. O sucesso desses cursos deve-se principalmente à falta de tempo e a disponibilidade dos educadores. Eles não conseguiam fazer o deslocamento de suas cidades para a universidades.

Quanto às universidades particulares, o sucesso foi imediato. Alguns fatores relevantes contribuíram para que o crescimento da quantidade de alunos ocorresse nas universidades: mensalidades inferiores a dos cursos presenciais, disponibilidade de acesso a qualquer hora do dia ou da noite, professores “online” interagindo, tirando dúvidas, sejam elas pertinentes ou não; possibilidade de rever o conteúdo quantas vezes quiserem, interação entre alunos de qualquer parte do planeta.

Tanto as universidades particulares quanto as governamentais criaram “polos virtuais de aprendizagem”. Esses polos ficam distribuídos nas diversas cidades do Brasil e têm por objetivo dar um atendimento presencial aos alunos, além de oferecer a possibilidade de fazer as provas impostas pelo Ministério da Educação. As provas presenciais é uma obrigatoriedade do ensino a distância.

Novos cargos estão sendo criados, vinculados à nova modalidade de ensino: professores tutores, professores conteudistas, professores “home care”, designer instrucional.

Um curso a distância depende de uma equipe multidisciplinar, material instrucional, ambiente virtual de aprendizagem, infraestrutura, pessoal qualificado. Todos esses requisitos têm por objetivo a qualidade do ensino a distância.

Modelo para a transição do professor: ensino presencial para Ead

Figura 3 - Fonte: CARNEIRO. Acesso em 28 jun.2015.



A figura acima mostra a necessidade de se contratar um professor presencial com conhecimento sobre o assunto. Após capacitá-lo para o ensino a distância, ele precisará conhecer o perfil desse novo “aluno virtual”. O professor também precisará conhecer o Tutor a Distância, este profissional é o elemento novo que faz a intermediação entre o professor conteudista e o aluno. É o professor conteudista que elabora o material. Esse material será fornecido ao aluno, após passar pelo designer instrucional e por uma equipe multidisciplinar. A equipe faz a revisão e a finalização da apostila ou das informações que serão fornecidas ao aluno.

Há cursos com tutores e sem tutores. A tutoria tornou-se uma verdadeira “febre” no começo das aulas a distância. Mas, transformou-se em verdadeiro problema. A contratação dos tutores geralmente era feita a partir do conhecimento em determinado curso. Por exemplo, o professor conteudista fazia o material, era pago pro esse serviço. Um tutor era contrato para fazer a intermediação entre o aluno e o material fornecido pelo professor conteudista . O profissional precisaria estar formado na área que tivesse relação com o curso que seria ministrado ao aluno. Não precisaria ser professor. Esse foi o primeiro problema. O tutor não tinha competência para exercer a função.

Com o tempo, algumas universidades optaram por contratar o próprio professor conteudista para oferecer ao aluno as informações necessárias aos alunos, em caso de dúvida, criando uma nova categoria profissional : professor “home care”.

Há também nas universidades equipes multidisciplinares, que além de conferir o trabalho escrito, instruem o professor conteudista no trabalho com o vídeo. O vídeo exige maquiador, programador, estilista e outros profissionais que têm por objetivo ensinar ao professor a árdua tarefa de apresentar-se adequadamente, em uma tela que será mostrada aos alunos nos seus computadores.

Esse trabalho está sendo estendido às empresas. Os diretores e gerentes estão deixando de lado as reuniões presenciais e optando por reuniões virtuais, com as instruções escritas antecipadamente por um profissional.

Estão cada vez mais distantes os encontros presenciais. Durante algum tempo, o próprio Ministério da Educação exigia o encontro presencial. O mesmo acontecia com as empresas.

Hoje em dia, essa necessidade está se tornando obsoleta. São tantos os meios de comunicação virtual que a relação presencial é quase inadmissível.

7 CONCLUSÃO

As competências básicas para a docência têm sofrido grandes mudanças em função da nova modalidade de ensino nas universidades, a educação a distância. O docente que busca o processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos necessita também de aperfeiçoamento para atender a essa tecnologia.

Por outro lado, as universidades estão como uma nova visão sobre a gestão educacional. Hoje o aluno é considerado uma cliente e as universidades pontos de vendas, com metas.

O planejamento estratégico é um instrumento de gestão que tem por função auxiliar o administrador e, na universidade, o administrador educacional em seu processo de decisão. O profissional da educação se vê em uma instituição que promove os negócios da empresa.

A modalidade de ensino a distância veio para atender uma demanda crescente de pessoas com as mais diversas necessidades educacionais e contribuiu para mudar a forma como os gestores veem o ensino.

A expansão da modalidade a distância exige do docente conhecimento que não obteve no ensino regular para atender as novas exigências tanto da universidade como do novo perfil de aluno.

A responsabilidade do governo e da sociedade diz respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações para com a sociedade, seja por parte de um indivíduo ou de uma instituição. Nesse sentido, a entidade socialmente responsável deve interagir com a comunidade, integrando-se de forma ética ao meio social no intuito de contribuir com a melhoria dos meios necessários ao desenvolvimento humano.

Deve ter consciência da transversalidade do tema e que por isso necessita dos esforços de toda a comunidade da IES, quer seja, corpo docente, discentes, funcionários e a própria comunidade ao redor, de

maneira a oportunizar o aprimoramento social, a partir de interações e integração da teoria e prática, mais ainda, no que tange ao corpo discente, isso é necessário, tendo em vista ser imprescindíveis a experiências para o processo formativo do cidadão.

No que pese os esforços implícitos em função do atendimento das normas governamentais voltadas para o aperfeiçoamento constante da gestão educacional, é necessário o permanente esforço para atuação adequada aos desafios à educação no mundo contemporâneo. As universidades são instadas a compartilhar outro saber, como o da solidariedade entre os homens, o da responsabilidade social e ações para um mundo mais ético. Isto se configura em novos desafios para as IES e exige um atento olhar de seu quadro gerencial e, em especial, dos docentes para o mundo em constante transformação, de maneira que o conhecimento irradiado por estes seja convertido pelo educando em prática modificadora do ambiente em que vive.

O ensino a distância tornou-se uma nova modalidade de aprendizagem. Por meio de diversas ferramentas novos profissionais estão chegando ao mercado de trabalho. Professores conteudistas, designers instrucionais, tutores, mediadores, professor “home care”.

Os encontros presenciais estão se distanciando, os encontros virtuais tornaram-se uma nova ferramenta de trabalho para educadores e profissionais das diversas empresas.

A adaptação da sociedade ocorre por meio de transformações nos hábitos e costumes que muitas vezes não são fáceis de aceitar. Os avanços tecnológicos nos sistemas eletrônicos de comunicação e informação podem transformar o sistema educacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Danielli Veiga et.al. Modelo para a transição do professor: ensino presencial para Ead. Um relato sobre a transição do professor do ensino presencial para a educação a distância na elaboração de materiais instrucionais - ótica do designer instrucional – 05/2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/55200842411PM.pdf> Figura 3. Acesso em 28.jun.2015.

ANDRADE, A.F. e MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO GTEADES. Ações estratégicas em educação superior a distância em âmbito nacional. 28/01/2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/acoes-estrategicas-ead.pdf>. Acesso em 20 out.2013.

BORDES, Fernanda Gabriela. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial. Disponível em <http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.UpCxZNI3tc0>. acesso em 22nov.2013.

BRASIL. Educação superior a distância. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13105&Itemid=879. Acesso em 11 nov.2013.

----- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>. Acesso em 09/11/2013.

----- Portaria n.º 873 de 7 de abril de 2006. (DOU de 11/4/06, seção 1, p. 15). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria873.pdf>. Acesso em 12 nov.2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

____ Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES. 2004(a) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf> 20 nov.2013

____ BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação.SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira. Brasília, 2004b.

____. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Comissão Especial de Avaliação. Brasília, 2003.

----- Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004 - Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasil (2004c) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf> 20 nov.2013

CARNEIRO, Danielli Veiga, et all. Um relato sobre a transição do professor do ensino presencial para a educação a distância na elaboração de materiais instrucionais - ótica do designer instrucional. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/55200842411PM.pdf>. Acesso em 28 jun.2015.

CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, João Ferreira de. A Educação Superior. In. OLIVEIRA, Romualdo Portela. ADRIÃO, Theresa. (Org). Organização do ensino no Brasil: Níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002. (Coleção legislação e política educacional:v.2). pág. 77 a 88.

- COLOMBO, S.S. & Colaboradores. Gestão educacional: uma nova visão. Artmed. Porto Alegre, 2004.
- GARRIGA, E; MELÉ D. Teorias de Responsabilidade Social Corporativa: Mapeando o Território. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/B:BUSI.0000039399.90587.34>. 2004. Acesso em 20 jun.2015.
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ensino superior mantém tendência de crescimento e diversificação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/ensino-superior-mantem-tendencia-de-crescimento-e-diversificacao>. Acesso em 18 mai.2015.
- LITTO, F.M.; FORMIGA, M. Educação a distância – o estado da arte. Prentice Hall. São Paulo, 2009
- MANCEBO, D. “Globalização e efeitos de subjetivação”. Logos, v. 7, n. 12, p. 58-62, 2000. Acesso em: 18 out. 2013. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/anteriores/logos12.pdf#page=59>.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 7.ed. Atlas. São Paulo, 2007.
- MASETTO, T.M. Competência pedagógica do professor universitário. Summus Editorial. São Paulo, 2003.
- MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Campinas, n. 14, p. 131-150, maio/ago.2000
- MELLO, Alex Fiúza de. Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2011.
- NOVION, Jacques. Da Doutrina Monroe à Globalização: políticas de integração econômica e doutrinas de segurança nas Américas. Uma perspectiva histórica. In ÀVILA, Carlos F. Domingues. GONÇALVES, Erli Helena (Org). Estado, Democracia e Desenvolvimento no Brasil: estudos interdisciplinares. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2012, pág. 350 a 365..
- ORTIZ, Renato. Um outro território. Ensaio sobre a mundialização. 2 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Olho D'água, 2000.
- RICYT. Red de indicadores de ciência e tecnologia. Indicadores dos gastos em ciência e tecnologia no Brasil, nos anos de 1990 a 2012. Disponível em: <http://db.riicyt.org/ui/v1.0/index.html#>. Figura 1 e figura 2. Acesso em 29 jun.2015.
- SCHWARTZMAN, Simon. Formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo: Nacional, 1979.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- VERGNIÈRES, Solange. Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos. São Paulo: Paulus, 1999.